

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Portugal- O Orçamento como Plasticina: o Estado português e a banalização do dinheiro público

Publicado em 2026-03-09 09:02:21



BOX DE FACTOS

- A Lei de Enquadramento Orçamental exige transparência, informação fiável, completa e comparável.
- As alterações orçamentais existem na lei, mas têm de ser justificadas, comunicadas e publicadas.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

financeira pública.

- Em 2024, a comparticipação do Orçamento do Estado para equilibrar a CGA aumentou 823 milhões de euros, o maior acréscimo dos últimos anos.
- O Tribunal de Contas voltou a assinalar que a Conta Geral do Estado não tem sido apresentada nos moldes exigidos pela própria lei.
- Sem escrutínio material, a flexibilidade orçamental degrada-se em arbitrariedade política.

O Orçamento como Plasticina

Há países que tratam o Orçamento do Estado como um compromisso solene com os contribuintes. Em Portugal, demasiadas vezes, trata-se como se fosse uma massa moldável, boa para remendos, truques de tesouraria e acrobacias de conveniência.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

não como um pacto transparente com o país, mas como um tabuleiro interno de ajustamentos, deslocações, expedientes e emendas sucessivas. O contribuinte paga em moeda real; o sistema responde-lhe muitas vezes com ficção contabilística.

Convém ser rigoroso: a lei admite revisões e alterações orçamentais. Não é ilegal, por si só, mover verbas, ajustar previsões ou corrigir rumos. Mas uma democracia séria não se mede apenas pelo que a lei permite; mede-se também pela clareza com que explica, pela disciplina com que executa e pela honestidade com que presta contas. Quando a exceção passa a método, quando o ajustamento se torna reflexo e quando a explicação pública mingua, o orçamento deixa de ser governo e passa a ser gestão de bastidores.

A arte portuguesa de chamar gestão ao que muitas vezes é improviso

A Lei de Enquadramento Orçamental fala de transparência, fiabilidade, completude e comparabilidade. Belíssimas palavras. Quase musicais. O problema é que, quando descemos do violino jurídico ao rés-do-chão da execução, a melodia embate demasiadas vezes numa porta fechada. As alterações fazem-se, as rubricas mexem-se, os saldos acomodam-se, os desvios regularizam-se, e o cidadão comum

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

ser cidadania. Porque um orçamento não é apenas uma tabela de receitas e despesas: é uma arquitectura moral. Diz-nos quem paga, quem beneficia, quem é protegido, quem é adiado, quem é compensado e quem serve de almofada quando o sistema precisa de respirar mais um trimestre sem escândalo político.

E Portugal habituou-se a uma elasticidade perigosa. Quando falta aqui, puxa-se dali. Quando sobra acolá, reaproveita-se além. Quando a pressão aperta, cria-se mais uma solução transitória, mais um arranjo, mais um remendo apresentado como prudência. O nome técnico muda; a sensação pública permanece: há demasiada plasticidade numa matéria onde devia existir contenção, rasto e justificação clara.

A CGA, a Segurança Social e o nevoeiro das compensações

Um dos pontos mais sensíveis deste labirinto é a relação entre a Caixa Geral de Aposentações, o Orçamento do Estado e o sistema mais vasto da protecção social. O Conselho das Finanças Públicas tem vindo a assinalar, preto no branco, que os desvios observados na Segurança Social e na CGA não evidenciam um processo de orçamentação alinhado com as melhores práticas de gestão financeira pública. Traduzido da

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Em 2024, a comparticipação do Orçamento do Estado destinada a assegurar o equilíbrio financeiro da CGA aumentou 823 milhões de euros, o maior acréscimo dos últimos anos. Não se trata de demonizar pensionistas nem de negar obrigações do Estado. Trata-se de dizer com frontalidade que um país pobre não pode viver eternamente de equilíbrios artificiais, expedientes cumulativos e transferências tratadas como se fossem apenas linhas inocentes num mapa excelentemente opaco.

O mais grave não é existir apoio do Estado a um sistema pressionado por demografia, envelhecimento e desenho histórico. O mais grave é persistir uma cultura em que os desvios se banalizam, as correcções se normalizam e o debate público raramente acompanha, em profundidade e com linguagem compreensível, a anatomia real dessas decisões. O povo ouve palavras. O sistema move dinheiro.

A orçamentação incremental: a religião preguiçosa do Estado

Outro vício estrutural é a velha lógica de partir do que se gastou no ano anterior, juntar inflação, acrescentar excepções, distribuir indulgências administrativas e baptizar tudo isto de planeamento. É a religião preguiçosa da

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

mais do que a avaliação.

Esta mecânica produz uma administração pública que protege a repetição, recompensa a opacidade e dificulta a reavaliação séria da utilidade de cada euro. Em vez de um orçamento centrado em objectivos, resultados e impacto mensurável, obtém-se demasiadas vezes um orçamento centrado em precedente, hábito e músculo burocrático. E depois espantam-se de que o Estado cresça em despesa com a mesma naturalidade com que um muro húmido ganha bolor.

O Tribunal de Contas tem insistido no essencial: não basta gastar; é preciso saber, demonstrar e provar como se gastou, com que base, com que imagem verdadeira e apropriada, com que fiabilidade e com que integração efectiva das contas. Quando a própria Conta Geral do Estado não surge nos moldes exigidos pela lei, não estamos perante um pequeno detalhe técnico. Estamos perante uma fissura no coração do edifício financeiro do regime.

Quando a lei existe, mas a prática escorrega

E aqui chegamos ao ponto mais português de todos: temos leis, princípios, artigos, quadros, deveres de informação, deveres de publicação, deveres de controlo e até entidades

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

tolerância ao desfasamento entre o que promete e o que entrega.

A UTAO lembrou, em 2025, algo que devia ser tão banal quanto respirar: informação tempestiva e completa é essencial ao escrutínio informado da Assembleia da República. Parece um truísmo. Em Portugal, porém, o truísmo ainda precisa de ser repetido como se fosse descoberta arqueológica. O país continua a viver demasiado entre a norma formal e a execução nebulosa, entre o dever de informar e a arte de diluir, entre a contabilidade que deveria iluminar e a burocracia que tantas vezes obscurece.

Isto não é monopólio. É pior.

Dizer que o Estado joga ao monopólio com o dinheiro público até pode soar a metáfora dura. Mas a verdade talvez seja mais severa: no monopólio ainda se vê o tabuleiro, conhecem-se as casas e todos percebem quando alguém comprou a avenida errada. No orçamento português, demasiadas vezes o tabuleiro chega tarde, as peças mudam de sítio sem narrativa pública inteligível e o contribuinte só descobre o resultado quando a factura já está paga.

Ninguém sério pode chamar automaticamente “roubo” a toda a transferência, a toda a alteração ou a toda a

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

plenamente fiável e quando os alertas institucionais se repetem ano após ano, estamos perante uma degradação grave da responsabilidade democrática.

Um país depauperado não tem o direito de gerir levianamente os seus escassos recursos. Cada euro público arrancado ao trabalho, ao consumo e ao sacrifício dos cidadãos deveria viajar com passaporte visível, itinerário conhecido e prestação de contas inequívoca. Tudo o resto não é governação moderna. É arbitrariedade administrada com linguagem técnica.

Epílogo: a contabilidade do nevoeiro

Portugal não precisa apenas de mais receitas, nem apenas de mais crescimento, nem apenas de mais fundos europeus. Precisa de uma ética orçamental adulta. Precisa de um Estado que trate o orçamento como contrato de confiança e não como almofada táctica. Precisa de departamentos avaliados pelo valor que entregam e não pelo ruído histórico da despesa que arrastam. Precisa de um povo que possa seguir o dinheiro sem lanterna nem intérprete.

Porque onde a transparência falha, a confiança apodrece. E onde a confiança apodrece, a democracia transforma-se

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Lei de Enquadramento Orçamental — princípio da transparência orçamental, dever de informação fiável, completa e comparável, regime de revisões e alterações orçamentais, e obrigação de publicação das alterações.

Conselho das Finanças Públicas — relatórios sobre a evolução orçamental da Segurança Social e da CGA em 2023 e 2024, assinalando desvios e processos de orçamentação não alinhados com as melhores práticas de gestão financeira pública.

Tribunal de Contas — Pareceres sobre a Conta Geral do Estado de 2022, 2023 e 2024, com reservas, recomendações e advertências sobre fragilidades persistentes, atrasos na implementação da LEO e insuficiências na prestação de contas.

UTAO — relatórios de apreciação do Orçamento do Estado, sublinhando a centralidade da informação completa e tempestiva para permitir escrutínio parlamentar informado.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Frase final: Quando o Orçamento deixa de ser espelho da verdade e passa a ser cortina de fumo, já não estamos perante finanças públicas — estamos perante a contabilidade do nevoeiro.

A Face Negra da Governação

Por trás da fachada institucional, dos PowerPoints, das conferências e das palavras solenes sobre “rigor”, “responsabilidade” e “sustentabilidade”, aparece demasiadas vezes a face negra de um Estado que trata o dinheiro do povo como matéria moldável, quase sem memória moral e quase sem prestação de contas digna desse nome.

É precisamente aí que se revela a sombra mais inquietante da governação em Portugal. Não apenas no défice, nem apenas na dívida, nem sequer apenas na ineficiência

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O mais grave nem sequer é apenas o desarranjo técnico. É a erosão ética. Quando governar passa a ser deslocar verbas, tapar buracos, maquilhar contas e empurrar responsabilidades para o futuro, a democracia começa a ganhar o aspecto de um teatro cansado: o palco ainda brilha, os discursos mantêm a solenidade, os ministros continuam a falar de estabilidade e de compromisso, mas os bastidores começam a cheirar a bolor.

A ferida está aqui. Num país já depauperado, em que milhões de cidadãos vivem entre salários curtos, pensões esmagadas e serviços públicos sob tensão permanente, brincar com o Orçamento do Estado não é apenas incompetência administrativa. É uma forma de desrespeito nacional. É tratar o esforço fiscal dos portugueses como se fosse uma abstracção sem rosto, um fluxo impessoal de números susceptível de ser rearrumado a bel-prazer.

E quando isso acontece repetidamente, quando as verbas parecem ganhar pernas e circular entre rubricas sem narrativa pública inteligível, quando a transparência surge mais como ornamento retórico do que como disciplina efectiva, o cidadão deixa de ver no Estado uma

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

É essa a face negra da governação: não apenas a do erro, mas a da normalização do erro; não apenas a da má gestão, mas a da gestão sem escrúpulo moral bastante para reconhecer que cada euro público é fruto de trabalho, sacrifício e renúncia de vidas concretas. O dinheiro do Estado não cai do céu. Sai do corpo vivo do país.

Quando esse dinheiro é tratado como plasticina administrativa, quando os equilíbrios são mantidos por truques, remendos e deslocações pouco transparentes, o problema deixa de ser só financeiro. Passa a ser civilizacional. Porque um regime que perde o respeito pelo significado moral do dinheiro público começa também, pouco a pouco, a perder o respeito pelos próprios cidadãos.

E nesse instante, a governação já não é um exercício sério de responsabilidade colectiva. Torna-se uma encenação burocrática, um jogo de bastidores, uma contabilidade sem alma. O país continua a pagar. Mas deixa de saber, com clareza, quem decide, porquê, em nome de quê e com que legitimidade material.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

dissolver-se no nevoeiro administrativo, sem explicação pública proporcional ao sacrifício que exigem aos contribuintes.

Nota 2. O Orçamento do Estado não deveria ser barro nas mãos do poder, mas sim um pacto de clareza entre quem governa e quem paga. Quando esse pacto se quebra, a confiança pública começa a apodrecer em silêncio.

Nota 3. Há um momento em que a opacidade deixa de ser falha técnica e passa a ser vício de regime. E quando isso acontece, já não estamos apenas perante má gestão: estamos perante a banalização política do desrespeito pelo povo.

Nota 4. Num país fustigado por pobreza, baixos salários e serviços públicos exaustos, governar sem rigor é mais do que incompetência. É uma forma subtil de violência social exercida em nome da normalidade.

Nota 5. A seriedade de um Estado mede-se menos pelo fulgor dos seus discursos do que pela limpidez das suas contas. Quando o brilho da retórica tapa a sombra dos bastidores, a democracia corre o risco de se tornar apenas cenário.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

- Francisco Gonçalves

Leitura recomendada - Portugal: A Roda, a Escola e a Ilusão



GitHub Pages



IPFS (IPNS)



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)